



# BOLETIM DA SENAES

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES MTE

23ª edição / Agosto de 2024

## RUMO À 4ª CONAES: FINANÇAS SOLIDÁRIAS EM FOCO

A necessidade de criação de um Sistema Nacional de Finanças Solidárias Público foi a principal demanda debatida durante a 3ª Conferência Nacional sobre o tema, que aconteceu entre os dias 22 e 23 de agosto, em Salvador, Bahia. O evento faz parte dos debates preparatórios que antecedem a 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária (Conaes), marcada para abril do próximo ano, em Brasília, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Fernando Zamban, diretor de Parcerias e Fomento da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes), ressaltou a necessidade da criação de um sistema mais justo e inclusivo, com um marco regulatório próprio que defina regras comuns e que integre as iniciativas de bancos comunitários e municipais, fundos solidários, cooperativas e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) popular de crédito. As regras atuais impedem que iniciativas comunitárias, como um banco comunitário ou OSCIP, por exemplo, realizem determinadas operações de captação de recursos, como poupança, que são importantes para

fomentar as iniciativas de Economia Popular e Solidária. No entanto, esse é um fator determinante para que essas instituições possam oferecer serviços e crédito mais barato para os empreendimentos de Economia Popular e Solidária.

Participaram da 3ª Conferência Nacional de Finanças Solidárias mais de 100 pessoas, que aprovaram 14 propostas e duas moções. Além de um sistema próprio, Joaquim Melo, fundador do primeiro banco comunitário do país, destacou outros pontos aprovados, como a possibilidade de bancos comunitários, fundos solidários, cooperativas e OSCIPs de crédito popular pagarem os benefícios sociais do governo federal. “E também o fortalecimento da Senaes para apoiar os empreendimentos de economia popular e solidária no país”, concluiu Melo. As moções reivindicam maior apoio e orçamento para que a Senaes possa desenvolver a política pública de Economia Popular e Solidária e também a criação e manutenção de um Grupo de Trabalho para a elaboração do Sistema Nacional de Finanças Solidárias.

## **SOBRE A 4ª CONAES**

A 4ª Conaes terá como tema: “Economia Popular e Solidária como Política Pública: Construindo Territórios Democráticos por meio do Trabalho Associativo e da Cooperação”. Um dos seus objetivos é a elaboração do 2º Plano Nacional de Economia Popular e Solidária. Antes da 4ª Conaes, estão sendo realizadas diversas conferências locais, estaduais, temáticas e livres por todo o país para levantar as demandas dos empreendimentos que servirão como subsídios para o 2º Plano Nacional.

Até o fechamento da 23ª edição do Boletim Senaes, em 29 de agosto, foram realizadas 51 conferências locais (municipais ou

intermunicipais) e mais 56 estão previstas, abrangendo um total de 1.219 municípios. As Conferências Estaduais também foram convocadas e muitas já têm data definida. São esperados para a 4ª Conaes representantes dos governos federal, estadual e municipal, sociedade civil, entidades e empreendimentos de Economia Popular e Solidária.

Com informações da Ascom do MTE em <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Agosto/rumo-a-4a-conaes-financas-solidarias-em-foco>



Foto Malu Suelen



Foto Malu Suelen

## MAIS DE 400 REPRESENTANTES PARTICIPAM DA CONFERÊNCIA INTERTERRITORIAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM IRECÊ/BA



Foto Ascom Setre

A Conferência local, de abrangência intermunicipal, realizada no município de Irecê (BA), preparatória para a Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária, reuniu aproximadamente 410 representantes dos territórios de Bacia do Rio Grande, Bacia do Rio Corrente, Velho Chico e Irecê no dia 26 de agosto. O evento é a terceira etapa de um total de dez conferências que buscam fortalecer a Economia Popular e Solidária, promovendo debates com os atores desse segmento nos 27 territórios da Bahia. O objetivo é contribuir para a elaboração do 2º Plano Nacional de Economia Popular e Solidária que será discutido na Conferência Nacional, prevista para abril de 2025.

Valdicleia Marques, conhecida como Cléa Negona, empreendedora assistida pelo Centro Público de Economia Solidária (CE-

SOL) Território de Irecê desde 2015, destacou a importância de participar desse momento histórico para a região. “É uma alegria fazer parte da Conferência de Economia Solidária, um marco para nossa região, trazendo outros territórios para essa troca de experiências”, afirmou. As discussões da conferência foram organizadas em cinco eixos temáticos: realidade socioambiental, cultural, política e econômica; produção, comercialização e consumo; financiamento: crédito e finanças solidárias; educação, formação e assessoramento técnico; e ambiente institucional: legislação, gestão e integração de políticas públicas.

Durante o evento, foram eleitos 50 delegados. As representações territoriais destacaram a necessidade de programas de cooperação e iniciativas de desenvolvimento



regional, apoio à agricultura familiar sustentável, e a criação de uma comissão científica para pesquisas em desenvolvimento socioeconômico. Essas conferências são organizadas pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), por meio da Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo (Sesol).

Com informações da Ascom da Setre em <https://www.ba.gov.br/trabalho/noticias/2024-08/5671/cerca-de-400-representantes-participam-da-conferencia-interterritorial-de>



Foto Ascom Setre

## ARAPIRACA/AL RECEBE CONFERÊNCIA LOCAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA



Foto Ascom Sedics

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Sedics), por meio da Secretaria Executiva do Cooperativismo, Associativismo e Economia Solidária, realizou mais uma Conferência Local de Economia Popular e Solidária em Alagoas, no dia 21 de agosto, no município de Arapiraca. Dessa vez, o encontro contemplou a região do Agreste e Planalto da

Borborema. As Conferências Territoriais antecedem a Conferência Estadual, que acontecerá em dezembro, e a 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária, que acontecerá em abril de 2025. O encontro foi aberto a representantes de cooperativas, associações, movimentos sociais e governamentais, gestores públicos e representantes da sociedade civil.

A programação da Conferência contou com a exposição de produtos das cooperativas, oficinas, debates e a aprovação das propostas prioritárias. Para o secretário do Cooperativismo, Adalberon Sá Júnior, as Conferências marcam o retorno de uma agenda nacional e um caminho de reconstrução da política de Economia Popular e Solidária.

Em parceria com o Instituto Federal de Alagoas (Ifal), Universidade Federal de Alagoas (Ufal), União das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária em Alagoas (Unicafes/AL) e o Fórum Alagoano de Economia Solidária, as Conferências estão sendo realizadas por regiões. Já foram contemplados o Alto e Médio Sertão, em Delmiro Gouveia, Litoral Norte e Serrana dos Quilombos, com o encontro de Maragogi, e Baixo São Francisco e Tabuleiro do Sul, realizada em Coruripe. A próxima acontecerá em Maceió, contemplando a região Metropolitana.

Com informações da Ascom Sedics em:  
<https://alagoas.al.gov.br/noticia/arapiraca-recebe-conferencia-territorial-de-economia-solidaria>



## CAFÉ SOLIDÁRIO DEBATE MARCO REGULATÓRIO DA ECOSOL



Foto Vanderlúcia de Oliveira

A manhã da sexta-feira de 23 de agosto reuniu servidores e servidoras que trabalham na sede da Senaes, em Brasília, para um delicioso café da manhã coletivo recheado de muita informação sobre o Marco Regulatório da Economia Popular e Solidária no Brasil. Para falar deste tema tão importante para as e os trabalhadores da Senaes, o chefe de projetos Éder Ramos conduziu a atividade.

Éder falou sobre as leis estaduais da Economia Popular e Solidária divididas por região e presentes em todos os estados brasileiros. Ele destacou cada legislação, data de criação e do que trata a especificidade do texto e dos eixos das leis que, em determinados casos, possuem caráter pedagógico (educação, formação, assistência técnica, qualificação e divulgação da Economia Popular e Solidária), acesso ao crédito (notadamente por meio das finanças solidárias) e fomento à comercialização dos produtos provenientes da Economia Popular e Solidária.

Por exemplo, na região Norte, a Lei nº 3.031, de 25 de março de 2024, dispõe sobre a implantação da Política de Incentivo ao Agro-negócio Sustentável no Estado do Amapá; já no sul do país, a Lei nº 13.531, de 20 de outubro de 2010, institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado do Rio Grande do Sul.

O chefe de projetos da Senaes explicou os princípios da Economia Popular e Solidária, que são: autogestão, cooperação,

solidariedade, adesão livre e voluntária, administração democrática e participativa e desenvolvimento local, conservação do Meio Ambiente e preços justos. Sobre as características da Economia Popular e Solidária, Éder Ramos reforçou a organização coletiva e democrática, a distribuição financeira conforme o ato constitutivo, reuniões periódicas (bimestral, trimestral, etc) e a proibição da intermediação de mão de obra subordinada.

Outro momento importante foi a apresentação das Unidades da Federação que possuem Conselhos Estaduais de Economia Popular e Solidária, hoje efetivados em 15 Estados e no Distrito Federal. A ideia do secretário da Senaes, Gilberto Carvalho, é proporcionar mensalmente um grande diálogo entre servidores e servidoras, no sentido de oferecer formação permanente com temas que aprofundam o conhecimento de Economia Popular e Solidária.



## SENAES PARTICIPA DE ATIVIDADE DA FUNDACENTRO SOBRE SAÚDE NO TRABALHO



No dia 26 de agosto, em seminário que abordou a Economia Popular e Solidária para a geração de trabalho decente e proteção da saúde, o secretário da Senaes, Gilberto Carvalho, disse que a Economia Popular e Solidária tem muito a ver com a luta da saúde mental. “A gente pode dizer que a economia solidária não pode ser vista apenas como uma espécie de atividade econômica paralela, em que um grupo de pessoas se reúne para produzir e tirar os lucros co-

letivamente”, reforçou Carvalho. “Ao invés de um trabalho que adoce física e mentalmente, a economia solidária proporciona um trabalho que permite a reconstrução do ser humano e uma nova relação com a natureza no produzir, sem a destruição e com os meios de produção na mão dos trabalhadores, por isso falamos em autogestão. Portanto, estamos falando de uma nova relação entre forma e conteúdo, que é produzir sem agredir a natureza, preservando

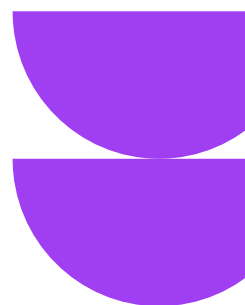




Foto reprodução do evento

também aqueles que operam as transformações próprias do trabalho, gerando saúde mental e não doença mental”, reforçou. Carvalho comentou, ainda, sobre a parceria com a Fundacentro para formar e capacitar agentes de economia popular e solidária: “Nós estamos organizando um processo de qualificação para que de fato não sejam apenas agentes economicistas ou de construção de novos empreendimentos, mas que estimulem as novas redes de economia solidária a terem no seu conteúdo, na sua atuação, essa dimensão holística da reconstrução do ser humano tão adoecido hoje em dia”.

A fala de Carvalho, que participou da atividade de forma remota a convite da instituição de pesquisa na área de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), aconteceu por ocasião do evento “Fundacentro: pesquisa-intervenção em um cenário intersetorial”. O objetivo do encontro foi apresentar

à sociedade a produção de conhecimento científico em SST, bem como os temas das pesquisas e os campos de atuação da Fundação, que faz parte da estrutura organizacional do Ministério do Trabalho e Emprego. Ao final do encontro ocorreu a inauguração da “Casa do Trabalhador e da Trabalhadora no CTN”, ambiente de acolhimento criado com o intuito de combater a ocultação dos adoecimentos ocupacionais, por meio da promoção da intersectorialidade em SST.

Com informações da Fundacentro em: <https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/comunicacao/noticias/noticias/2024/agosto/evento-apresenta-os-programas-de-pesquisa-intervencao-da-fundacentro>



## CONGRESSO REÚNE PESQUISADORES DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DE TODO O MUNDO NA USP

Entre os dias 28 a 30 de agosto, a Universidade de São Paulo (USP) sediou o 4º Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária (CONPES) com o tema: “A economia solidária na construção do socialismo democrático e na transição ecológica”. O primeiro debate, na manhã do dia 29 de agosto, contou com a participação do secretário da Senaes, Gilberto Carvalho, em mesa composta por Claudio Nascimento (CEDAC), Helena Singer (Instituto Paul Singer) e André Ricardo de Souza (UFSCar / ABPES), sob a coordenação de Reinaldo Pacheco da Costa (USP/ABPES), com o tema ‘Paul Singer, economia solidária e a fundamentação do socialismo democrático’.

Ao abrir a atividade, Helena Singer fez um resgate da obra de seu pai a partir da organização de obra escrita por ela, que traz um conjunto de nove textos de Paul Singer. “Há quem diga que meu pai inventou a economia solidária, mas eu acho que isso não é muito preciso. É interessante, pelo tema da mesa que está colocado, que a partir do momento em que ele se conecta, conhece e se engaja no campo da economia solidária, ele passa a falar cada vez mais em modo de produção solidária, no que antes talvez fosse o que ele chamava de produção socialista”, destacou Helena.

Claudio Nascimento (CEDAC) contou que, ao iniciar os trabalhos com o professor Singer, no primeiro governo do presidente Lula, não se conhecia o número de empreendimentos de EcoSol no Brasil. “Quando

vieram para o 1º Encontro Nacional, se passou a ter uma ideia da diversidade do que existia - uma coexistência de várias formas de economia, de afros, negros, camponeses, mulheres, juventude, uma diversidade imensa de sujeitos da transformação social e de uma pluralidade de transformações”, rememorou.



Foto reprodução da atividade

Gilberto Carvalho afirmou que enxerga a Economia Popular e Solidária como uma conta avançada da participação popular nos governos federal, estaduais e municipais. Ele destacou a Frente Parlamentar da Economia Popular e Solidária que está sendo criada como parte da luta de convencimento da importância dessa forma de produção para o país. “A legislação não nos favorece, toda a questão fiscal e tributária não nos favorece, mas eu não quero fazer um muro de lamentação aqui; quero reconhecer o mérito de Paul Singer, que nos ajudou a abrir esses caminhos, e dizer



que, apesar de tudo, nós temos caminhos”, ressaltou o secretário. Ele disse que é preciso crescer, aparecer, brigar, e lutar pelo espaço com essa convicção de que não se está fazendo benevolência e nem assistência: “Com altivez estamos construindo um novo padrão de produção de relação com a terra, de relação com a autogestão, e um novo padrão de distribuição com comércio justo, um novo padrão de consumo e um novo jeito de viver”, reforçou.

Carvalho saudou as articulações já construídas, como os fóruns da Economia Popular e Solidária, as universidades, as redes de gestores públicos, as redes de incubadoras universitárias e dos Institutos Federais. “Cada vez mais temos que abrir caminho para essa atuação, e demonstrar nossa capacidade, competência e viabilidade”, concluiu.

O encontro reuniu pesquisadores do mundo todo que dedicam seus estudos no campo da Economia Popular e Solidária. A quarta edição do evento teve o propósito de responder qual o sentido amplo da Economia Popular e Solidária, para onde ela pode ou deve levar socialmente. Os encontros anteriores ocorreram na UFSCar, em São Carlos/SP, em 2015 e em 2018, com a participação do professor Paul Singer no primeiro, e a homenagem a ele no segundo. A terceira edição aconteceu no formato virtual no ano de 2021, em razão da pandemia de Covid -19.

Com informações do site da Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária <https://abpes.org/>

**Expediente:**

Informativo elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária - SENAES/MTE

**Contato/sugestões:****E-mail:**

comucacao.senaes@trabalho.gov.br

**Telefone:** (61) 2031- 6833